

Relatório sobre a
VI Conferência do Forte de Copacabana
Hotel Sofitel, Rio de Janeiro, 12/13 de novembro de 2009

O evento iniciou-se com os discursos de boas-vindas proferidos em nome das entidades organizadores do evento. Estiveram presentes a essa mesa de apresentação o Marcos de Azambuja, Embaixador e Vice-Presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), Christian Burgsmüller, Primeiro Secretário e Chefe do Setor de Política, Economia e Informação da Delegação da Comissão Europeia no Brasil, Peter Fischer-Bollin, Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, Alfredo Valladão, Professor e Diretor da Cátedra Mercosul da Sciences Politiques/Universidade de Paris, e Clóvis Brigagão, Professor e Diretor do Centro de Estudos das Américas da Universidade Cândido Mendes, Clóvis Brigagão.

Marcos de Azambuja justificou a realização da conferência como espaço de diálogo múltiplo em segurança e defesa, ainda mais com o contexto de consolidação da democracia no Brasil. Em nome do Chefe da Delegação da Comissão Europeia no Brasil, João Pacheco, Christian Burgsmüller saudou a todos e lembrou o impacto que terá a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a fazer da União Europeia um ator mais relevante nos temas de segurança e defesa. Peter Fischer-Bollin considerou, com satisfação, que a sexta edição da conferência evidencia a consolidação do mais importante evento de segurança e defesa sob a temática Europa-América do Sul no espaço birregional. Por fim, recordou-se do objetivo principal dos eventos da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, isto é, a promoção do diálogo político entre os países e o intento de construção da confiança entre atores. Alfredo Valladão, sem esquecer-se da inclusão da conferência na agenda de eventos do Ano da França no Brasil, relacionou a realização da sexta conferência com o amadurecimento da reflexão sobre defesa e segurança tanto na América do Sul quanto na Europa. Clóvis Brigagão asseverou o desenvolvimento dos estudos sobre segurança e defesa além dos estudos estritamente militares, adquirindo caráter de política pública. Parabenizou, também, o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior, órgão do Ministério da Educação.

O evento seguiu com a Mesa de Abertura, composta por Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República para Relações Internacionais e por Michel Miraillet, Diretor de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da França.

Marco Aurélio Garcia apresentou a percepção do governo brasileiro quanto à concepção sul-americana de segurança e defesa. Diferentemente dos países europeus, a América do Sul tem por base uma realidade distinta e desconexa do panorama europeu, donde a necessidade de (re)discutir temas de política de defesa regional sob o contexto sul-americano. Nessa dimensão, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) tem sido exemplo de um trato mais amplo aos temas regionais, além da ênfase excessiva à agenda econômico-comercial de iniciativas como o Mercosul e a Comunidade Andina. Apesar dos pequenos resultados tangíveis dessa instituição, deve-se reconhecer sua imensa importância para a estabilização da segurança no continente sul-americano. Nesse marco, o tema da defesa encontra-se repensado de maneira a formatar uma política comum de defesa de baixa intensidade e a consolidar uma percepção do tema de forma ampla. No contexto sul-americano, faz-se mister o pleno desenvolvimento de uma indústria compartilhada entre as partes. Na verdade, não se pode considerar a temática da

venda de armamentos simplesmente como um mercado de armas, mas sim como um locus de co-produção de instrumentos de defesa. A cooperação nessa área – a exemplo da França com o Brasil – deve, então, estabelecer parâmetros com vistas à constituição de uma indústria de defesa adequada à situação específica da América do Sul, com ênfase em transferência de tecnologia e construção de capacidades de maneira respeitosa e não invasiva. Nesse sentido, a cooperação com a Europa é desejável e necessária. Em conclusão, Marco Aurélio Garcia garantiu que os conflitos latentes existentes no espaço sul-americano devem ser resolvidos por meios pacíficos já que a possibilidade de equacionamento diplomático é manifesta. Quanto ao Brasil especificamente, Garcia afirmou que a vocação universalista do país implica a busca pelo solucionamento de problemas de segurança e defesa de grandes conflitos. Se o Brasil aspira por tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, nada mais natural que atuar de forma protagônica nos grandes temas de segurança e defesa internacional.

Em representação ao ministério da defesa da França, Michel Miraillet fez referências às boas relações com o Brasil no marco da parceria estratégica com a França e sob os resultados do Ano da França no Brasil, no tema da segurança e defesa. Com essa motivação ao apoio do governo francês à sexta edição da Conferência do Forte de Copacabana, Miraillet, contudo, afirmou que não podemos resumir a percepção francesa em segurança e defesa apenas ao relacionamento bilateral entre França e Brasil. Na verdade, essa concepção entra na dimensão de todo um projeto de cooperação dirigida à América Latina, sob o referencial da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). Exemplos dessa iniciativa dirigida a América como um todo é o caso da cooperação da França com Chile e a participação da primeira em missões de paz no Haiti. Trata-se não apenas de uma escolha do governo francês, mas uma necessidade diante da atuação dos países sul-americanos, em especial o Brasil, nos diversos regimes internacionais. Dessa forma, isso significa reconhecer a relevância da América do Sul a fim da manutenção do diálogo multilateral no mundo. No tema da indústria de defesa, Miraillet argumentou sobre os interesses mútuos existentes entre França e América do Sul, seja à causa da disponibilidade de cooperação tecnológica, seja em decorrência de projetos futuros de formação e de treinamento de pessoal. No caso específico do Brasil, a França afirma poder disponibilizar uma profunda transferência de tecnologia a fim do desenvolvimento da indústria de defesa de forma soberana e não-dependente. Tal desenvolvimento pacífico e dito projeto de defesa pautado na confiança e na integração sempre foram temas caros à França, tendo em vista os territórios de soberania francesa no continente americano (Guiana Francesa e Antilhas). De acordo com o Miraillet, a França encontra-se, portanto, ávida por cooperar com a UNASUL, ainda mais com o prognóstico positivo de avanços conjuntos com a ocorrência de mais uma cúpula Europa-América Latina, a ser realizada com a entrada da Espanha na presidência da União Europeia.

O debate dos palestrantes com o público teve como assuntos: a) diferenças entre Alemanha e França em segurança e defesa; b) a problemática do crime internacional como problema de defesa na agenda Europa-América do Sul; c) as bases militares dos EUA em território colombiano; c) a posição do Brasil quanto à vigilância fronteiriça; e d) limites entre cooperação em segurança e defesa e o tema da soberania.

Em seguida, deu-se início à Primeira Mesa, intitulada “Uma agenda comum América do Sul-Europa para o novo cenário de segurança internacional”, composta por José Antonio Bellina Acevedo, Embaixador e Vice-Ministro da Defesa do Peru, e por Adrian Hyde-Price, Professor da Universidade de Bath e ex-pesquisador da Chattam

House na área de segurança internacional, sob a moderação de Antonio Carlos Pereira, Editorialista do jornal O Estado de São Paulo.

Bellina Acevedo iniciou sua exposição com a afirmação da magnitude da conferência do Forte de Copacabana ao relembrar o avanço das discussões em comparação com o evento realizado no ano de 2008. A fim de apresentar as linhas de reflexão do evento desse ano, Bellina pontuou sua exposição pela referência à incipiência das medidas de segurança no espaço sul-americano, bem como a ausência de uma instituição consolidada nessa região. Dessa feita, a UNASUL tem sido apenas uma mesa de encontro em vez de um espaço de cooperação propriamente dita. Ainda, essa falta de consolidação da matéria “segurança e defesa” pode ser observada nas resoluções aprovadas entre os países. No marco birregional, a exemplo das cúpulas América Latina-União Européia, a pouca consistência do trato do tema é perceptível no caráter puramente declarativo das decisões. Em segundo lugar, Bellina refletiu sobre a institucionalização dos ministérios de defesa e sua formação como ente político. Para ele, isso contribui para a consideração dos temas da segurança e defesa como verdadeiras políticas de estado, assemelhando-se com o tratamento dos temas de política exterior tanto pelos ministérios de relações exteriores, quanto pelas atribuições privativas do chefe do poder executivo. No caso do estado da arte da cooperação Europa-América do Sul nos temas da defesa e segurança, Bellina conclui que há mais iniciativas de caráter bilateral. No entanto, é preciso reconhecer a existência de desafios comuns às duas regiões, como o terrorismo e o narcotráfico. No marco mais multilateral, citam-se os temas das aquisições militares, do treinamento de pessoal, das operações de paz e da transferência de tecnologia. De acordo com o embaixador, parte dessa tarefa tem sido realizada em eventos internacionais, a saber, a iniciativa de destaque da conferência do forte em toda a região da América do Sul.

Adrian Hyde-Price preocupou-se com o a agenda de segurança da União Europeia e os interesses dos países europeus nesse âmbito. Mesmo que a agenda europeia para segurança internacional ainda se encontre em progresso, é evidente que há temas prioritários outros, além da América do Sul, caso se admite a importância dos países próximos à União Europeia. Sendo assim, as prioridades têm por base o enfrentamento de desafios na região de vizinhança à Europa, mais principalmente, nos Bálcãs, no Cáucaso (Geórgia, Armênia e Azerbaijão) e no Oriente Médio e Norte da África. Nesse contexto, a concepção e estratégia de segurança europeia identifica cinco principais desafios, a saber, o terrorismo, a não-proliferação de armas de destruição em massa, os conflitos regionais (por exemplo, o conflito entre palestinos e israelenses), a falência de estados e o crime organizado. Em específico, o Oriente Médio e a África é o grande tema para a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), havendo manifesta preocupação com a temática da não-proliferação no Irã e com conflitos no Afeganistão (“Grande Oriente Médio”). Diante da nova agenda de segurança internacional, o professor expôs os parâmetros de uma agenda comum entre Europa e América do Sul, situada nas seguintes linhas: promoção do multilateralismo; segurança do mar; missões de paz, sobretudo, em território africano; redução da pobreza e *state building*; não-proliferação; e terrorismo. Comparativamente, as agendas não são coincidentes no marco geográfico geral de atuação nesses temas, bem como na questão da intervenção humanitária. Para Hyde-Price, por fim, ao mesmo tempo em que a política internacional é muito importante para ser deixada apenas para diplomatas e estados, a segurança internacional não pode ser tida somente como tema de ordem militar, sob os auspícios do estado.

As perguntas e os comentários feitos pelo público foram os seguintes: a) propostas de agenda no combate ao tráfico de drogas; b) diferenças entre a (PESD) e o “pensamento” sobre defesa na América do Sul; cooperação naval entre Europa, América do Sul e África; c) limites entre teoria e prática das iniciativas de segurança e defesa internacional; d) o apoio dos países europeus à entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas; e) existência de armamentos; f) diferenças dos processos histórico dos países dos América do Sul e da Europa e limitações à cooperação birregional; g) multiplicidade de percepções sobre segurança e defesa na União Europeia; e h) reformas das instituições globais.

À Segunda Mesa, sob o título “Possível cooperação euro-sul-americana com os países africanos em matéria de segurança”, estiveram presentes Ricardo Alves de Barros, Capitão-de-Mar-e-Guerra e Gerente da Divisão de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa do Brasil, Frank van Rooyen, Oficial de Marinha (aposentado) da África do Sul e Pesquisador-Sênior do Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais (SAIIA), Marco Farani, Ministro e Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e Gert-Johannes Hagemann, Coronel e Diretor de Planejamento Político para Assuntos Europeus e Africanos do Ministério da Defesa da Alemanha.

Ricardo Alves de Barros representou o Ministério da Defesa durante todo o evento. Em sua fala, abordou o tema da mesa sob a perspectiva da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa. Lembrou que a Política de Defesa Nacional, instituída em 2005, oficializa a importância estratégica do Atlântico Sul e, conseqüentemente, dos países africanos, pois inclui projeção em direção à África. Nessa região, destacou algumas iniciativas de corte bilateral por meio dos exemplos das adidâncias militares brasileiras estabelecidas na África do Sul, na Nigéria e, dentro outros, em Angola e em São Tomé e Príncipe, a coincidir com o referencial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e porção austral do continente africano. Isso é natural, tendo em vista a centralidade da África na política exterior do Brasil. Exemplos de iniciativas são a participação da Marinha do Brasil como modelo para a Marinha da Namíbia, o apoio da Agência Brasileira de Cooperação com bolsas de estudos na área de segurança e defesa, formação de quadros por meio da cooperação em conhecimento e na preparação e a execução da Operação Felino em caráter anual. Portugal, França e Reino Unido são os principais parceiros do Brasil no marco da cooperação euro-sul-americana com os países africanos em segurança e defesa. De acordo com o Barros, a participação do Brasil é fundamental nessa cooperação com os países africanos na medida em que nosso país tem atuado como interlocutor privilegiado, em meio à resistência países africanos, em alguns casos, a terem cooperação de ex-metrópoles sob o passado de dominação colonial.

Frank van Rooyen trouxe, à discussão, o tema da segurança humana sob uma perspectiva geral, ao enfatizar a necessidade de cooperação em segurança alimentar, energética e ambiental com os países africanos. No diálogo birregional em direção a estes países, van Rooyen afirmou o protagonismo da África do Sul na região. Mais além, exemplificou o panorama da segurança e defesa com a atuação da *African Stand-by Force* em prevenção de conflitos. Para van Rooyen, ademais, alguns desafios críticos, como a pobreza, devem ser solucionados com ênfase na promoção da democracia. A debilidade das democracias e a vulnerabilidade do estado de direito, em alguns países africanos, têm de ser vista como a principal fonte de desentendimentos e de conflitos.

Quanto à cooperação no nível institucional, van Rooyen lembrou os marcos da ECOWAS, SADC e da OUA. Para finalizar, van Rooyen considerou como positiva a troca de experiência entre os atores políticos em segurança e defesa tri-regionalmente. Para a África, deve haver um compromisso maior com a cooperação nas áreas de transferência tecnológica, governança institucional e treinamento de militares. Contudo, quaisquer soluções, vindas de outros países, têm, necessariamente, de estarem contextualizadas à situação africana, sem esquecer a responsabilidade de cada país em escolher e atuar em prol de seu diferente destino.

Guert-Johannes Haguemann iniciou sua exposição, citando dois exemplos sobre a participação alemã em projetos birregionais na área de segurança e defesa (Seminário Europa-América Latina e Caribe, realizado em setembro de 2007 em San José, Costa Rica e iniciativa do ministério da defesa alemão para viagens à Alemanha para conhecimento e treinamento em práticas, feito durante encontro extraordinário da UNASUL em Bariloche (agosto/2009) Em segundo lugar, apresentou os desafios comuns enfrentados por todas partes, a saber: tráfico de drogas; segurança naval e suas implicações para o comércio exterior; controle de armas (especialmente, armamento pequeno e leve); instabilidade política conectada com problemas econômicos, sociais e de fraca governança e risco da falência de estados. Em terceiro lugar, Haguemann preconizou a necessidade de atuar sob o princípio do *comprehensive approach* no combate ao tráfico de entorpecentes. Sob tal princípio, é imperioso reconhecer que o combate a esse comércio deva ser contínuo e amplo, a alocar todos os recursos disponíveis, no mais diversos meios, como o político, financeiro, diplomático, político, social, e de políticas públicas nas áreas de saúde, boa governança, direitos humanos, trabalho e renda. Portanto, é necessário combater tal desafio além do âmbito militar, de modo a unir forças de todos os ministérios envolvidos, já que não se trata mais de um problema de segurança no sentido estrito do termo. De acordo com Haguemann, a percepção do ministério alemão é a de que os africanos devem, eles mesmo, serem capazes de enfrentar tais problemas, com ênfase nos mecanismos institucionais já existentes (como OUA, ECOWAS, SADC), ou em iniciativas exitosas (como a African Stand-by Force). Trata-se, enfim, de estabelecer interesses comuns entre Europa e América do Sul em direção à África a fim de pôr em práticas experiências e recursos de forma conjunta, porém diferenciada.

Após apresentar as funções e atribuições da ABC, Marco Farani reconheceu a pouca, apesar de crescente, prioridade dada ao tema da segurança ante temas outros, como saúde e agricultura. Principalmente, a cooperação prestada pelo Brasil tem como parâmetro a transferência de conhecimento, o que continua sendo diretriz de projetos e iniciativas na área de segurança, em especial na América Latina e África. Nessas regiões, o foco é o conceito de segurança ampla, a integrar políticas públicas e segurança alimentar ou ambiental, por exemplo. Tais são os casos de iniciativas de cooperação com Haiti e com o Timor Leste, em conjunto com instituições, como a Embrapa e o Ministério do Desenvolvimento Social. Quando à defesa, a ABC operacionalizará o memorando de entendimento assinado por ministérios da defesa do Brasil e de outros países da América e África, com a previsão de cursos e treinamentos para as três armas. Outro exemplo é a previsão de uma acadêmica de polícia na Guiné-Bissau de treinamento contínuo de policiais a fim de auxiliar este país na reestruturação das forças de segurança pública. Conclui-se, portanto, que o Brasil tem sido cada vez mais procurado para trabalhar em

conjunto com outros países (instituições e marcos de cooperação) na área de segurança pública e de defesa, sobretudo, na cooperação prestada ao exterior.

As perguntas e os comentários foram sobre: a) guerra contra o tráfico de drogas; b) mudança climática e escassez de alimentos; c) debates sobre guerra civil e tráfico de drogas; d) número geral de militares em participação em projetos de cooperação técnica do Brasil na área de defesa e segurança; e) controle civil ou militar dos ministérios de defesa dos países europeus.

A Terceira Mesa (“Não-proliferação e desarmamento nuclear: partilhar lições?”) foi composta por Raul Jungmann, Deputado Federal (PPS-PE), Presidente da Subcomissão Especial de Armas e Munições e Membro da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados do Brasil, por Roland Kobia, Embaixador e Chefe da Delegação da Comissão Europeia em Baku (Azerbaijão) e ex-membro do Comissariado Europeu para Energia da Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM), por Odilon Marcuzzo do Canto, Secretário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais (ABACC) no Brasil, e por Phillipe Denier, Conselheiro de Assuntos Nucleares da Delegação de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da França.

Roland Kobia abordou o tema da mesa sob a perspectiva da EURATOM, instituição que considera o “renascimento nuclear” como um fator que poderia desencadear o recrudescimento da não-proliferação no mundo. Dessa feita, Kobia enfatiza que as ações bilaterais, multilaterais e regionais na área de energia nuclear devem estar estruturadas em mecanismos de construção de confiança e de promoção de transparência no panorama global de aumento da demanda de fontes de energia. Tal é o objetivo da EURATOM na estratégia “An Energy Policy for Europe” de 2007, que se fundamenta, principalmente, na cooperação com a AIEA e com os mecanismos regionais e bilaterais na área de não proliferação. A capacidade da União Europeia para fortalecer as garantias internacionais da não-proliferação advém da experiência europeia de constituir um espaço multilateral dentre os próprios países europeus, bem como da desenvolvida tecnologia nuclear para fins pacíficos. Para a percepção europeia sobre o tema da não-proliferação, as perspectivas futuras são, segundo Kobia, a de fortalecê-lo com o fito de integrá-lo na discussão das salvaguardas e dos protocolos adicionais. Portanto, deve haver uma promoção da discussão dos protocolos adicionais no sentido de se chegar a soluções multilaterais na Conferência de Revisão, a ser realizada em 2010. Além disso, deve haver o apoio a ratificação do CTBT, principalmente de países nucleares como os EUA. Em último, cabe assinalar o aporte europeu à formação de um sistema multilateral de abastecimento nuclear, pela defesa da Conclusão do Conselho Europeu sobre o Banco de Combustível Nuclear da AIEA de 2008.

Odilon Marcuzzo do Canto lembrou o fato das declarações de Barack Obama sobre o tema da não-proliferação, a exemplo do discurso paradigmático feito na República Tcheca, trazendo novo alento para a abolição de armas nucleares. Além disso, sua defesa do multilateralismo tem importantes implicações para o desenvolvimento da discussão dos três pilares (não-proliferação, desarmamento e desenvolvimento pacífico) do Tratado de Não-Proliferação (TNP), cujo êxito dependerá de decisões multilaterais. Apesar do marco bilateral, grande exemplo de diálogo e abertura quanto ao tema da energia nuclear se faz notar pelo modelo trazido com a assinatura do acordo constitutivo da ABACC, a qual se tornou paradigmática como um acordo bilateral de reconhecidas atribuições. O esforço de cooperação e o mútuo entendimento (exemplo do trabalho

conjunto entre ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA) são fatores que promovem tal modelo como marco referencial para a aproximação de regiões, de instituições e de países, como Índia e Paquistão. Igualmente, a América Latina tem relevante atuação em benefício do tema, desde a consolidação de uma Zona Livre de Armas Nucleares (ZLAN), conjuntamente, pelos países da América do Sul, América Central e Caribe. Em seguida, a fim de determinar mais a fundo tal modelo argentino-brasileiro, o secretário apresentou, de forma histórica, a formação da ABACC e comentou sobre suas principais atribuições dessa agência que, há 18 anos, vem aplicando salvaguardas na Argentina e no Brasil. A apresentação relatou o histórico da cooperação bilateral Brasil-Argentina, a assinatura do Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC) e o papel da ABACC nesse domínio, o Acordo Quadripartite de Salvaguardas (AIEA, ABACC, Brasil e Argentina), a estrutura da ABACC, a organização da secretaria, o corpo de inspetores, o orçamento, a área de cooperação técnica e os desafios à atuação da ABACC hoje.

Phillipe Denier abordou, por sua vez, o cenário do regime instituído pelo TNP, de modo a justificar a necessidade de apoio a este tratado e, sobretudo, à assinatura do Protocolo Adicional por todas as partes, nucleares ou não. A existência de mecanismos regionais, de acordo com Denier, não implicou a perda da liberdade dos países como Brasil e Argentina ou de países europeus, em ambos os casos tendo a ABACC e a EURATOM como referenciais, no tema da não-proliferação e das salvaguardas. Quanto ao segundo tripé, o tema do desarmamento nuclear, Denier citou o exemplo da França, ao explicar a estratégia de desarmamento amplo e irrestrito. Com base no contexto internacional atual, a França anunciou uma redução unilateral de arsenal e o desmantelamento dos centros de produção. Sobre o alcance do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT), o conselheiro lembrou o fato da ratificação do Anexo 2, o qual todos os estados da América do Sul e da Europa já ratificaram. Isso mostra a comunidade de interesses em favor da não-proliferação em ambas as regiões. Já, o tema do desenvolvimento pacífico da energia nuclear deve ter por base os mecanismos de salvaguarda da AIEA, a fazer que todos os programas nucleares sejam avaliados irrestritamente. Entretanto, apenas isso não basta diante de políticas que ocasionam o aumento de produção de armas outras, já que contraria o conceito de desarmamento completo e geral. Por fim, Denier defendeu a adesão ao Protocolo Adicional tendo em vista o regime universal sob as prerrogativas do TNP e da AIEA.

Raul Jungmann apresentou uma percepção crítica acerca do TNP no sentido em que este ocasionou o congelamento de um equilíbrio entre potências nucleares e potências não-nucleares, a despeito da redução de produção de tais armas e da redução dos riscos como um todo. Para o deputado, esse fato traz o argumento do cinismo dos países possuintes de armas nucleares em estabelecer, a partir de si, todo e qualquer projeto de desenvolvimento nuclear pacífica no sentido global. Sendo assim, há verdadeiro congelamento de assimetrias, sob interesses outros como o comercial e econômicos. Contudo, é evidente o saldo negativo do regime internacional propugnado sob o TNP; as cinco potências nucleares tem sido as responsáveis pelo próprio desequilíbrio e desmoralização desse regime. À guisa de exemplo, a redução de arsenais não implica desconsiderar a completa ausência de ameaças, percebida no aumento de precisão do potencial tecnológicos dessas armas. Dessa feita, não se pode afirmar que isso seja moralmente aceitável, nem defensável em termos políticos. Sua conclusão é a de apoio a não-assinatura do Protocolo Adicional, posição defendida pelo Brasil. A falta de

ética e de moral desse regime é manifesta e, se os países nucleares apóiam e defendem a não-proliferação, são eles que deveriam parar de proliferar em benefício da paz internacional.

O debate dos palestrantes com o público suscitou os seguintes questionamentos e observações: a) o modelo de cooperação em assuntos nucleares entre Argentina e Brasil para o diálogo sobre o tema entre Índia e Paquistão; b) possíveis contribuições de Argentina e Brasil para o tema da não-proliferação; c) os EUA no tema da não-proliferação; d) limites entre o tema da não-proliferação e soberania; e) existência de armas nucleares por França e Reino Unido e implicações para a política de segurança e defesa comum europeia; f) aprofundamento do tema do Protocolo Adicional ao TNP.

A Quarta Mesa, sob o título “Cooperação Europa-América do Sul em matéria de segurança e defesa: quais interlocutores para quais problemas?”, teve como palestrantes Gonzalo García Pino, Subsecretário de Guerra do Ministério de Defesa Nacional do Chile, Markus Kaim, Chefe da Divisão de Segurança Internacional da Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP), Berlim, Alemanha, Miguel Carvajal, Ministro de Segurança Interna e Externa da Presidência da República do Equador, e Carlos Gaspar, Diretor do Instituto Português de relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

Gonzalo García Pino expôs sua apresentação em três linhas de raciocínio, isto é, a estrutura da cooperação entre Europa e América do Sul, a técnica de tal cooperação e seu fundamento. Quando à estrutura dessa cooperação, é dever sair do imobilismo institucional em segurança e defesa, em especial, se há a pretensão de projetos de curto e longo prazo. No que toca à cooperação bilateral, Gonzalo García admite a existência de enorme fragmentação institucional e de assimetrias de poder, a fazer, por exemplo, a América do Sul um mercado potencial de compras de armas consideradas mais avançadas. Em que pesem as poucas iniciativas verdadeiramente birregionais, como o trato de temas de ordem estratégica entre Brasil e França no marco da parceria estratégica, a ausência de uma cooperação birregional é a melhor demonstração da inexistência de espaço institucional propício a acordos substantivos na área de defesa e segurança. Em segundo lugar, no tocante à técnica, Gonzalo García reconhece a necessidade de identificar alcances e problemas nas iniciativas de cooperação birregional existentes, com o exemplo da MINUSTAH. Para o subsecretário, a cooperação nessa missão de paz significou, sem sombra de dúvida, uma mudança da natureza da própria cooperação em segurança e defesa. Assim, pode tornar-se um elemento multiplicador de uma nova concepção da cooperação militar na região, sob um fundamento mais flexível e amplo, a inserir temas de políticas públicas e de segurança pública. Trata-se, enfim, da formação de um padrão para futuras participações em *state building*. Sobre o fundamento dessa cooperação, Gonzalo García pontua-o no multilateralismo e na promoção de interesses comuns a fim de inspirar projetos estratégico em segurança e defesa tanto regional quanto globalmente. A crença de uma cooperação firme e sólida não deve ser desmerecida com a constatação de que os ganhos nunca são totais em quaisquer iniciativas de cooperação.

Após apresentar as atribuições do SWP, Markus Kaim, inicialmente, trouxe à discussão uma análise da razão do pessimismo das relações entre União Europeia e América do Sul. Para ele, com a exceção das parcerias estratégicas da UE com Brasil e México e de acordos de livre comércio entre esta e o Chile, por exemplo, as relações bloco a bloco - ou de maneira multilateral - encontram-se, de certa forma, estagnadas. Há,

portanto, poucos avanços no diálogo intergovernamental em comparação com as negociações bilaterais. Razões para tanto são a presença residual dos EUA na América Latina como um todo, ainda mais com disposição ao diálogo sob a administração Obama, o maior cuidado com as relações da UE com o continente asiático, em especial com Índia e China, nos temas da ciência, tecnologia e segurança internacional e, em último, o contexto interno do próprio bloco europeu, o que desencadeou uma atuação mais discreta ante as prioridades de ordem interna, como alargamento do bloco para os países do Leste e a coesão das políticas externas. Algumas propostas de melhoria dessa relação birregional são exemplificadas com: a) clarificação da agenda sul-americana de segurança para os países europeus; b) promoção do diálogo setorial, mais além dos encontros intergovernamentais, como pela feita de encontros de think thanks e comunidades acadêmicas, com a inclusão do Conselho de Defesa Sul-Americano nesse âmbito c) participação dos países sul-americanos nas missões de paz europeias, no caso das missões da PESD pelo mundo; d) promoção de uma cooperação entre o Conselho de Defesa e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); e) internacionalização da cooperação em segurança e defesa, a incluir os seguintes temas: meio ambiente, segurança alimentar migrações, revisão do TNP, estados falidos e em vias de falência, conflitos regionais/interestatais, terrorismo, prevenção de conflitos, *crisis management*, desarmamento e controle de armas e segurança energética.

Miguel Carvajal enfatizou a necessidade de trazer ao debate a posição do Equador, do ponto de vista da Presidência da República. Para ele, deve-se ser abordada, em princípio, a existência de diferentes realidades de segurança e de defesa dentre os países sul-americanos, as quais devem ser levadas em consideração no processo de cooperação entre tais países. Por conseguinte, dotar de agendas comuns em temas tão delicados é parte dos desafios para construir mecanismos de diálogo e cenários inter-regionais. A existência de peculiaridades na região pode ser elucidada com o caso específico do Equador. Depois de explicar o tema da segurança e defesa no marco constitucional, Carvajal sintetiza em alguns pontos os principais riscos nessa área para Equador, tais como os problemas de fronteira, em especial no passado recente com o Peru, a existência de grupos parlamentares e guerrilheiros e sua relação com o beneficiamento de drogas e seu comércio e o a fratura das relações entre Colômbia e Equador. Em último, Carvajal criticou a possibilidade de os EUA estabelecerem bases militares em território colombiano. Para ele, apesar de constituir uma decisão interna e soberana da Colômbia, é inegável que tais bases possam recrudescer as limitações da cooperação em segurança e defesa. Além do mais, torna-se injustificável diante ao efeito deletério da presença de potências extra-regionais no continente sul-americano. Com efeito, não é preciso que os EUA estabeleçam bases militares com o fim de combater o narcotráfico na região, ainda mais com o conhecimento de que existe grande desproporção entre capacidade militar operável dessas bases e os objetivos de combate. Impossível, portanto, seria permanecer incontestemente frente a essa intervenção dos EUA no espaço regional, o que vem a ser um problema por discutir entre os países da região e países extra-regionais. O combate ao narcotráfico deve ser amplo, de maneira a incluir outras participações, além da militar, com base em decisões multilaterais e abertas, caso haja iniciativa de cooperação de outros países ou regiões.

Carlos Gaspar introduziu, em primeiro lugar, a discussão quanto à natureza da cooperação entre Europa e América do Sul em comparação com regiões outras, como a Ásia, em virtude de do grau de maior homogeneização, de certo modo, cultural e política,

sem desconsiderar as inúmeras diferenças de ambas as regiões. Para o professor, em relação ao tema sobre potências regionais, o Brasil vem a assumir posição de preponderância estratégica, a ser reconhecido pela amplitude da comunidade internacional. À guisa de ilustração, a União Europeia reconheceu o Brasil como o representante da América do Sul desde a institucionalização da Parceria Estratégica entre este país e a UE. Em segundo lugar, voltando ao tema da cooperação, deve-se admitir que há pouca complementação entre as duas regiões, a ter em vista, principalmente, a ênfase da UE ao Oriente Médio em segurança internacional. Contudo, há grandes oportunidades de aproximação visto que não há grandes empecilhos – à exceção do tema das Malvinas entre Reino Unido e Argentina – para desenvolver a compreensão dos temas deste seminário. Nesse rol, destacam-se as possibilidades de cooperação nos temas seguintes: não-proliferação; terrorismo; reservas energéticas do Atlântico Sul; pirataria; segurança de vias marítimas; narcotráfico e narco-estados (com o exemplo da Guiné-Bissau e Guiné-Conacri). Por fim, o professor ressaltou a necessidade de relação mais institucional entre o Conselho de Defesa Sul-Americano e a União Europeia, principalmente nos temas do espaço sideral, de novas tecnologias e de nuclear. Sem a apreciação destes temas, resulta ser difícil entrar na linha de frente da política internacional, conclui o professor.

As perguntas e os comentários feitos na quarta mesa foram os seguintes: a) segurança marítima e narcotráfico; b) trato do tema pela Cúpula América Latina-União Europeia e pelo Grupo do Rio e países europeus; c) importância do debate entre grupos parlamentares das duas regiões; d) possibilidades de relação mais institucional entre a União Europeia e o Conselho de Defesa Sul-Americano; e) dificuldades de diálogo entre os atores políticos sob o tema da segurança e defesa; f) a questão do narcotráfico, em especial no contexto das relações entre Equador e Colômbia; g) as opções de desenvolvimento e de reestruturação dos narco-estados e considerações sobre segurança pública e segurança internacional sob o tema do tráfico de armas e de drogas entre as fronteiras; e h) o tema da África no debate birregional de segurança e defesa.

As considerações finais foram realizadas por Mariana Luz, coordenadora acadêmica do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), pelo professor Clóvis Brigagão, por Alfredo Valladão e por Peter Fischer-Bollin.

Mariana Luz reconheceu a profícua parceria entre os organizadores, a ser exemplificada pela exitosa sexta edição do evento. Brigagão admitiu a possibilidade de tais eventos influenciarem mais profundamente a pauta de encontros ministeriais. No tema da América do Sul, o professor lembrou uma problemática quanto ao Conselho de Defesa Sul-Americano, ao indagar-se se este seria um organismo sul-americano do Brasil para a América do Sul ou uma entidade sul-americana propriamente dita. Alfredo Valladão reconheceu, por fim, um prognóstico positivo para a cooperação Europa-América do Sul em virtude da presidência espanhola do Conselho Europeu no primeiro semestre de 2010. Peter Fischer-Bollin agradeceu a todos pela participação e finalizou suas palavras, convencido de que evento cumpriu suas metas. Para ele, cabe destacar a verdadeira consolidação de um espaço permanente de diálogo entre a América do Sul e União Europeia no tema da segurança internacional.

Em último, é mister enfatizar a composição do público; em relação ao número de inscritos, o número absoluto foi da ordem de 315 pessoas, dos quais 219 estiveram presentes durante o evento, dos mais diversos países, como Brasil (especialmente Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Brasília), Chile, Suíça, França,

Venezuela, Alemanha, Peru, Equador, Países Baixos, Guiana, Paraguai, Colômbia, Estados Unidos, Bélgica, Suécia, Canadá, Reino Unido, África do Sul, Áustria, Portugal, Hungria e Espanha

Importante foi o aporte de diplomatas e cônsules/consulesas a essa sexta edição da Conferência do Forte. Destes, citam-se autoridades do Consulado do Chile, Consulado da Suíça, Consulado da Alemanha, Consulado do Peru, Consulado dos Países Baixos, Consulado da Guiana, Consulado do Paraguai, Consulado da Bélgica, Consulado da Suécia, Consulado de Portugal, Consulado da Venezuela, Consulado da Espanha, Embaixada do Canadá, Embaixada do Reino Unido, Embaixada da Áustria, Embaixada da Hungria, Embaixada da Suécia e de diplomatas brasileiros da Embaixada do Brasil em Moscou, os quais se encontravam na cidade do Rio de Janeiro. Por fim, e não menos importante, não se deve esquecer a presença de membros das Forças Armadas do Brasil, Chile e do Peru, além de membros de organizações internacionais, alunos de graduação e, em especial, de pós-graduação, acadêmicos brasileiros e estrangeiros.

Marcelo Raimundo da Silva